

Sumário

Introdução.....	1
1. A Necessidade Humana de Segurança.....	5
2. Segurança Jurídica.....	13
2.1 Causas de insegurança jurídica.....	13
2.1.1 Causas sociais.....	13
2.1.2 Causas legislativas.....	17
2.1.3 Causas jurisprudenciais.....	19
2.2 A segurança como fenômeno jurídico.....	20
2.3 Conceito de segurança jurídica.....	23
2.4 A segurança jurídica como um princípio constitucional.....	26
2.4.1 A segurança jurídica como um princípio.....	26
2.4.2. Sede normativa do princípio da segurança jurídica.....	33
2.5 O caráter multifacetário da segurança jurídica.....	39
2.5.1 A segurança jurídica como conhecimento: determinação, cog- noscibilidade e compreensibilidade.....	39
2.5.2 A segurança jurídica como estabilidade e confiabilidade.....	41
2.5.3 A segurança jurídica como previsibilidade e calculabilidade.....	43
2.6. O princípio da segurança jurídica sob o prisma subjetivo: a proteção da confiança legítima.....	44
2.7 A segurança jurídica sob uma perspectiva argumentativa.....	55
2.8 Destinatários da segurança jurídica.....	64
2.9 A segurança jurídica como um valor.....	68

3. A Reversão ao Cargo Efetivo e a Violação da Estabilidade Financeira do Empregado	73
3.1 O instituto da estabilidade no Direito do Trabalho	73
3.1.1 Aspectos gerais	73
3.1.2 A estabilidade como essência do contrato de trabalho – a noção de estabilidade social	79
3.2 O poder empregatício	81
3.3 Alterações contratuais	85
3.4 Boa-fé objetiva no Direito do Trabalho.....	92
3.5 Reversão do empregado ao cargo efetivo e a impossibilidade de supressão de parcela salarial como expressão da segurança jurídica	105
4. As Restrições à Criação de Súmulas e a Violação à Previsibilidade Hermenêutica dos Tribunais Trabalhistas	117
4.1 Aspectos técnicos do Direito do Trabalho como exigência da atuação jurisdicional.....	117
4.1.1 A existência de lacunas e contradições no ordenamento juslaboral	118
4.1.2 O caráter aberto dos textos normativos trabalhistas.....	124
4.2 A uniformização jurisprudencial como um dos vetores da segurança jurídica.....	133
4.3 A violação da segurança jurídica pela fixação de óbices na uniformização da jurisprudência.....	149
5. A (In)Segurança Jurídica em outras Alterações Provocadas pela Lei 13.467/2017	155
5.1 Sucessão de diplomas normativos como fator de insegurança jurídica.....	155
5.2 Falta de previsibilidade quanto às relações jurídicas continuadas.....	159
5.3 Critérios para a responsabilização dos sócios	164

5.4 Possibilidade de inversão do ônus da prova no processo do trabalho.....	168
5.5 Acordo extrajudicial	174
5.6 Antecipação da definição do valor do crédito.....	176
5.7 Transcendência como requisito do recurso de revista.....	179
5.8 Insegurança quanto ao conteúdo da decisão tomada em sede de arbitragem	182
Conclusão	187
Referências	193